



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA**

PARECER JURÍDICO

Processo nº 14625/2018/ SESAU/PMA

Pregão Eletrônico nº. 008.SESAU.2019

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.

Assunto: **Exame jurídico da minuta do Edital de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, para contratação de empresa Especializada em venda de 01(um) veículo tipo passeio 0 Km (zero) ano/modelo 2019, para atender as demandas de serviços, visitas e fiscalização dos conselheiros de saúde de Ananindeua/Pará, conforme descrição constante no Termo de Referência e demais anexos que o acompanham.**

Através do despacho da Comissão permanente de Licitação desta Municipalidade, os autos referentes ao processo epigrafado, onde transcorre o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, destinado a seleção de proposta mais vantajosa para contratação de empresa Especializada em venda de 01(um) veículo tipo passeio 0 Km (zero) ano/modelo 2019, para atender as demandas de serviços, visitas e fiscalização dos conselheiros de saúde de Ananindeua/Pará, conforme descrição constante no Termo de Referência e demais anexos que o acompanham, conforme descritivo o objeto, detalhamento e diretrizes pontuadas no edital, vieram a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de Parecer Jurídico quanto a minuta do Edital, anexos e minuta de Contrato Administrativo, tendo em face o contido no parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93.

Do exame da minuta referida constante do presente processo, entendemos que guardam regularidade nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto Federal nº 8.583, de 06 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Instrução



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA

Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 27 de junho de 2014, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 4.880 de 14 de julho de 2005, que regulamenta o Pregão no Município de Ananindeua, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993, uma vez que estão presentes todas as cláusulas essenciais, sem quaisquer condições que possam tipificar vício ou nulidade.

Destarte, o Edital está apto a ser executado.

Ananindeua/Pa, 04 de setembro de 2019

Reginaldo Lira Reimão
OAB-PA Nº 22.512
Assessoria Jurídica – SESAU